



CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

THALES ROGRIGUES; ORIENTADORA: MÍRIAN BOHRER

Universidade Federal de Pelotas – thalesrobertobr@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – nai.ufpel.aee@gmail.com

INTRODUÇÃO

Mundialmente as leis relativas à inclusão de alunos com deficiência avançam em direção progressiva, no Brasil, de forma ainda mais lenta, porém significativamente vêm angariando progressos em diversos níveis e âmbitos.

O presente artigo visa trazer para reflexão o tema da inclusão de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação no ensino superior, procurando destacar o contexto da educação como espaço e tempo de acesso e de permanência com qualidade para todos e para todas, independentemente das diferenças étnicas, religiosas, linguísticas, de gênero, idade, sociais, culturais, de condição física ou psíquica de cada sujeito.

Nesta escrita, abordarei ainda uma breve reflexão sobre a atuação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI da UFPel, com especial menção ao projeto de tutoria universitária com discentes com deficiência física e intelectual, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação, o qual tem sido objeto de estudo de todos nós tutores-bolsistas do NAI.

Este trabalho inscreve-se na área da Educação, e objetiva contribuir para os estudos e para as discussões acadêmicas no campo da Inclusão.

METODOLOGIA

Para realização de tal artigo, foi realizada breve pesquisa bibliográfica acerca do assunto da inclusão do indivíduo com deficiência tanto no ensino superior como na própria sociedade, somando-se a isso a experiência própria através da atuação como bolsista-tutor do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas, ainda em curso.

A luta pela inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes sistemas de ensino é histórica. Em um primeiro momento, a atitude em

relação a essas pessoas era o isolamento dos mesmos da sociedade, sendo vistos como “membros indesejáveis” desta. O próximo passo foi ver as pessoas com deficiência como pessoas incapazes e, portanto, dignas de “proteção”, mas nunca capazes de alçar as mesmas oportunidades que os demais sujeitos.

Apenas na segunda metade do século XX começaram a ser tomadas, ao menos em lei, as primeiras iniciativas de integrar a pessoa com necessidades educacionais especiais nos ambientes de ensino e na sociedade como um todo, com a humanização do tratamento e com a visão destes como pessoas com limitações e com potencialidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 denominava essas pessoas “excepcionais” e cita que a integração dos mesmos no sistema de ensino deveria ocorrer “no que for possível”, ou seja, o sistema ainda não era obrigado a atender tal público. A segunda LDB, Lei Nº 5.692 de 1971, da época da ditadura militar, destinava os alunos com deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, e os superdotados às escolas especiais, e não ao ensino regular. Tais avanços, pequenos, permaneceram imutáveis até o fim do regime militar.

Somente com a retomada democrática em nosso país a legislação avançou em direção à inclusão dos alunos com deficiência. A Constituição Federal de 1988 delega ao Estado o “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069 de 1990, estabelece como prioridade nas políticas públicas a proteção às crianças e aos adolescentes com deficiência. A LDBEN de 1996, Lei Nº 9.394, amplia o reconhecimento desta importância ao trazer um capítulo todo dedicado à Educação Especial.

Em nossa universidade o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI foi criado no ano de 2008, como parte do Projeto Incluir do Ministério da Educação. Suas políticas e ações buscam a inclusão em todos os níveis da Universidade. Tem como orientação geral o Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL, aprovado pelo CONSUN em março de 2016 e a efetivação da Lei 13.409/2016, o qual dispõe sobre as cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior, afóra demais legislações em vigência.



Com a crescente conscientização por parte dos acadêmicos com deficiência sobre seus direitos, somado a nova política de cotas para pessoas com deficiência no ingresso para os cursos de graduação e de pós-graduação a partir deste ano de 2017, as demandas para atuação e para atendimento do NAI têm sido cada vez maiores.

O NAI oferece tutoria para alunos com deficiência através de abertura de editais anualmente para ingresso de novos bolsistas na função. E buscando a qualificação de seus bolsistas-tutores, o Núcleo tem realizado mensalmente reuniões formativas para os mesmos. Em tais encontros, além de palestras e troca de relatos por ambas as partes, os bolsistas são orientados a fazer pesquisas sobre o assunto da inclusão de pessoas com deficiência na universidade.

DISCUSSÕES

A educação inclusiva é uma bandeira que foi, é, e deve ser levantada em todas as frentes, de forma a reunir muitos esforços, para endossar cada vez mais a luta pela sua efetivação. Muitas pessoas com deficiências sofreram discriminação e nunca tiveram perspectiva alguma de um futuro em qualquer âmbito que não fosse o de excluído ou protegido. Suas famílias sofreram da mesma forma. É um consenso que pessoas com deficiência necessitam de condições especiais para adaptarem-se à sociedade, o que ainda não é consenso é que também a sociedade necessita se rever para adaptar-se as inúmeras diferenças postas pelos mais diferentes sujeitos.

A tutoria é um método diferenciado que reserva uma experiência proveitosa tanto para tutor como para tutorado, pois é realizada numa perspectiva acadêmica “de igual para igual”. Cria-se um senso de companheirismo por parte dos pares, pois que tutor e tutorado são colegas de universidade, às vezes colegas de mesmo curso de graduação. O próprio tutor recebe uma nova visão de mundo, sensibilizando-se muitas vezes com uma causa que é desconhecida por muitos, geralmente se envolvendo com ela.

Através da realização da tutoria o tutorado recebe auxílio para organizar seus estudos, tem o desenvolvimento de sua capacidade própria



preservado através de tal auxílio, primando o tutor pela sua autonomia e seu protagonismo. As tutorias se traduzem como aportes e apoios de suma relevância, contribuindo para que, aquele acadêmico que precise, em decorrência de suas limitações, possa contar com igualdade de oportunidade na medida da sua diferença.

CONCLUSÕES

Em âmbito mundial, destacam-se os diversos documentos, resoluções e convenções da ONU e Unesco a partir dos anos de 1990, que tiveram impacto direto na legislação brasileira, sendo o Brasil um dos países signatários. Neste contexto, diversas universidades federais do país adaptaram-se de tal forma, especialmente a partir do século XXI.

Em nossa Universidade não tem sido diferente, cada vez mais técnicos, acadêmicos e professores se mobilizam pela causa da inclusão, ampliando e diversificando suas funções e práticas de modo a qualificar a acessibilidade em todos os âmbitos da UFPel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHLIEMANN, A.; NOGUEIRA L. Inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior: favorecendo a autonomia na Universidade de Sorocaba. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR 2014: FORMAÇÃO E CONHECIMENTO. Universidade de Sorocaba. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/1_es_formacao_de_professores/34.pdf

OLIVEIRA, G.; VELOSO, L. Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://reducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/> Acessado em: 16/09/2017.

GELANI, F. Programa de tutoria garante integração de alunos com deficiência na UFF: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=noticias/31-08-2015/programa-de-tutoria-garante-integracao-de-alunos-com-deficiencia-na-uff> Acessado em: 16/09/2017.

Conheça o histórico da legislação sobre inclusão: Todos Pela Educação, 2014. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/31129/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao/> Acessado em: 16/09/2017.

Sobre o núcleo: Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/nai/sobre/> Acessado em: 16/09/2017.